

Carlos Moura 9.3.97



Bares, que já invadiam área pública, serão beneficiados com a ampliação

TOMBAMENTO

Lojas da Asa Sul podem ser ampliadas

Ana Júlia Pinheiro
Da equipe do **Correio**

Escritórios dos dois arquitetos que criaram Brasília, Oscar e Lúcio Costa, estão convidados pela Associação Comercial do Distrito Federal a desenvolver um projeto de ampliação das lojas das entrequadradas da Asa Sul. A proposta deverá conciliar os interesses dos comerciantes com as normas de ocupação de quadras e superquadras previstas no tombamento de Brasília.

A diretoria da Associação Comercial fez o primeiro contato com Niemeyer no ano passado mas só no início desta semana, pela primeira vez, o Governo Federal acenou com a possibilidade de tolerar algumas mudanças no cenário das quadras comerciais da Asa Sul. Na prática, o avanço em áreas públicas já está para lá de solidificado, faltava apenas oficializar.

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, e o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Glauco Campeiro, se reuniram com o governador Cristovam Buarque, o presidente da Associação Comercial, Linberg Aziz Cury, e o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), na noite de segunda-feira.

Juntos, governador e ministro encontraram uma saída, para acomodar a realidade de um comércio que já invadiu toda a área pública disponível ao seu redor, com a legislação federal que permite ao estado derrubar a marretadas — sem precisar dar maiores explicações — tudo o que fere as regras do tombamento.

Pelo acordo firmado, o comércio pode avançar em área pública, desde que dentro dos limites previstos na lei local de número 1.071: até seis metros entre o bloco da comercial e os limites da superquadra.

A Lei de autoria dos deputados distritais Cláudio Monteiro (PDT) e Benício Tavares (PMDB), aprovada em maio de 1996, esteve engaveta-

da por falta de entendimento com o Iphan, órgão responsável por fiscalizar a cidade tombada.

“Independentemente de partidos, não se pode negar que este foi o único governo que procurou buscar uma solução para os empresários”, comentou Lindeberg Cury. “Com o projeto do Lúcio Costa em mãos, vamos poder impôr a ordem, a organização e o bom gosto às quadras comerciais”.

AVANÇOS E RECUOS

Na Asa Sul estão mais de 90% das ocupações irregulares de área públicas pelo comércio das quadras do Plano Piloto.

Pilares além dos limites das lojas, ampliações toscas, depósito nos fundos dos bares e até muros que impedem a passagem de pedestres entre os blocos.

A Asa Norte, onde são raros os prédios comerciais com possibilidade de o empresário alugar subsolo, loja no térreo e sobreloja, é menos procurada para locação de bares e restaurantes — atividade que mais espaço toma o espaço dos gra-

mados e fundos de quadra para ampliar seu território. Há dois meses, a Administração de Brasília derrubou uma construção do Public House na quadra SCLN 204 que impedia a passagem dos pedestres na calçada.

As duas leis locais que regularizam a expansão do comércio em espaços públicos vão acabar de uma vez por todas com as construções de improviso que alguns comerciantes erguem no fundo das lojas. Além da lei que solucionou os problemas da Asa Sul, um Decreto do Governo local, de janeiro deste ano, estabeleceu a cobrança de taxa de ocupação: R\$ 400 por mês para cada 30 metros quadrados.

“As lojas eram de um tamanho ótimo quando Brasília começou. Hoje não dá. São mais de dois milhões de pessoas. O comércio tem que acompanhar esse crescimento”, explica Francisco Frota, o Chiquinho, dono do Beirute, a comida árabe mais procurada da cidade nos últimos 32 anos.

MAPA DAS INVASÕES

ASA SUL

1.530

lojas ocupam área pública

ASA NORTE

20

avanços

TOTAL DE LOJAS DO PLANO PILOTO

4.400